

II SEMINÁRIO ESTADUAL PIBID DO PARANÁ

Anais do Evento



Foz do Iguaçu | 23 e 24 | Outubro 2014

ISSN: 2316-8285

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA ESCOLA NO DEBATE SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E NA DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO

Lenora Bezerra Radis¹

Amanda Thais Figueiredo Moreira²

Resumo: A escola é uma instituição que possibilita o crescimento intelectual, profissional e humano, onde o professor deve transpor os conhecimentos científicos, relacionando-os com o cotidiano dos alunos afim de que desenvolvam outros conhecimentos e obtenham um saber próprio e diversificado de idéias e concepções. Pensando assim, este trabalho pretende, a partir da pesquisa, levar o debate sobre sexualidade para o espaço escolar, tratando inclusive dos temas polêmicos que a temática instiga, sem desvinculá-los de seus aspectos culturais, sociais, históricos e pedagógicos. Para tanto, será aplicado um questionário com 15 perguntas objetivas que abranjam os mais diversos temas da sexualidade e que possam indicar as dificuldades para se falar sobre o assunto, os conceitos, preconceitos e mitos que cada um possa ter, em 100 pessoas, alunos e professores, de 5 escolas públicas da região de Londrina.

Palavras-chave: Diversidade sexual. Educação. Inclusão

Escola: espaço de reflexões

A escola é um segmento onde os jovens estão criando e experienciando as suas características e expectativas de vida no mundo acadêmico, ou seja, no universo do conhecimento científico e, se não fizerem corpo do estabelecido mundo heteronormativo, mesmo em pleno século XXI, podem ou vão sofrer as mesmas “torturas” que outrora já se fizeram presentes no nosso passado e hoje contadas em forma de história.

O contexto escolar deve procurar discutir e refletir sobre os acontecimentos históricos e com isso contribuir para que toda a comunidade que dela faz parte respeite os sujeitos da diversidade e que estes não sejam tratados de forma invisível pela sociedade, quando na verdade são visivelmente vitimados por lutarem por seus direitos.

A escola e em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar (SILVA, 1996, 2000 e 2001).

¹ Lenora Bezerra Radis – Autora e graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). lenorabezerra@hotmail.com

² Amanda Thais Figueiredo Moreira – Co autora e graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). amandafigueiredo_moreira@hotmail.com

Assim a função social da escola volta-se à inclusão social, à superação das desigualdades sociais, à valorização igualitária das diversas culturas, a preservação ambiental e ao desenvolvimento local.

A noção de diversidade busca compreender as demandas por respeito, por acesso a direitos por parte de pessoas que historicamente não tiveram esses direitos reconhecidos, como negros, povos indígenas, homossexuais, mas de forma que esses direitos particulares sejam reconhecidos dentro de um contexto institucional universalista. (MISKOLCI, 2012, p.49)

Para a compreensão do tema “diversidade sexual”, é essencial analisar conceitos de gênero e de sexo. Sexo refere-se às características específicas e biológicas dos aparelhos reprodutores feminino e masculino, ao seu funcionamento e aos caracteres sexuais secundários decorrentes dos hormônios. O sexo determina que as fêmeas tenham vagina/vulva e os machos tenham pênis; apenas isso. O sexo não determina por si só, a identidade de gênero, e muito menos, a orientação sexual de uma pessoa.

Gênero não é um conceito biológico, é um conceito mais subjetivo, podemos dizer que é uma questão cultural, social. Gênero é um empreendimento realizado pela sociedade para transformar o ser nascido com vagina ou pênis em mulher ou homem. Nesse sentido, gênero é uma construção social realizada, reforçada e também fiscalizada ao longo do tempo, principalmente, pelas instituições sociais: a igreja, a família e a escola. Os valores sociais, morais, as regras de uma sociedade variam de acordo com o tempo, com o espaço, com os interesses, com o nível de conhecimento e a liberdade de questionamento dessa sociedade; e nela, gênero refere-se aos papéis sociais diferenciados para mulheres e homens.

As preocupações em torno da sexualidade, da homossexualidade e das identidades e expressões de gênero também não são novas no espaço escolar. No entanto, no Brasil, só a partir da segunda metade dos anos de 1980, começaram a ser discutidas mais abertamente no interior de diversos espaços sociais – entre eles, a escola e a universidade (sobretudo nos programas de pós-graduação, a partir dos quais se constituíram núcleos de estudos e pesquisas sobre Gênero e a área de Estudos Gays e Lésbicos). Até então, quando os temas relativos à sexualidade apareciam no currículo, ficavam circunscritos às áreas de Ciências ou, eventualmente, a Educação moral e cívica.

Educação e o Ministério da Saúde passassem a estimular projetos de educação sexual, nos finais dos anos 80 e anos 90. Contudo, assim como ocorreu em diversos outros países desde o fim dos anos 1970, muitas iniciativas em que se abordavam as temáticas relativas à sexualidade acabaram por alimentar uma visão conservadora de

educação sexual – uma espécie de política sexual voltada a conter ameaças à família e ataques à normalidade heterossexual (WEEKS, 1999:76-77).

A inclusão do debate sobre a diversidade sexual e de gênero no espaço acadêmico ocorre desde meados dos anos de 1970 e deve-se, historicamente, à pressão dos grupos feministas e dos grupos gays e lésbicos que denunciaram a exclusão de suas representações de mundo nos programas curriculares das instituições escolares. Deborah Britzman (1996, p. 79-80) analisa na cultura escolar, ou seja, de que a heterossexualidade é "normal" e "natural" e que:

(...) a mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas. A idéia é que as informações e as pessoas que as transmitem agem com a finalidade de "recrutar" jovens inocentes (...). Também faz parte desse complexo mito a ansiedade de que qualquer pessoa que ofereça representações gays e lésbicas em termos simpáticos será provavelmente acusada ou de ser gay ou de promover uma sexualidade fora-da-lei. Em ambos os casos, o conhecimento e as pessoas são considerados perigosos, predatórios e contagiosos.

Nesse sentido, é provável que o/a educador/a será confrontado/a com a própria sexualidade. Assim, parece que a dificuldade da/do docente em tematizar a diversidade sexual também possa ser uma dificuldade em lidar com a sua própria sexualidade e com as múltiplas possibilidades de obter prazer. Ou seja, pensar a questão da homossexualidade pode ser um convite para que o/a educador/a possa olhar para sua própria sexualidade e pensar a construção histórico-cultural de conceitos como heterossexualidade, homossexualidade, questionando a heteronormatividade que toma como norma universal a sexualidade branca, de classe média e heterossexual.

Ainda segundo Louro (2003), é comum as escolas tratarem gênero e sexualidade como sendo sinônimos, padronizando um modo único e adequado do que é o masculino e o feminino e possibilitando, de uma única maneira apenas, a forma de viver a sexualidade. Tece-se uma complexa trama normativa que estabelece uma linha de continuidade entre o sexo (macho e fêmea), o gênero (masculino e feminino) e a orientação sexual que se direciona "naturalmente" para o sexo oposto. Logo, antes de educar sobre a sexualidade, talvez as/os próprias/os educadoras/es tenham que ser educadas/os.

Se os/as educadores/as quiserem ser eficazes em seu trabalho com todos/as os/as jovens, eles/elas devem começar a adotar uma visão mais universalizante da sexualidade em geral e da homossexualidade em particular. Assim, em vez de ver a questão da homossexualidade como sendo de interesse apenas para aquelas pessoas que são homossexuais, devemos considerar as formas como os discursos dominantes da heterossexualidade

produzem seu próprio conjunto de ignorâncias tanto sobre a homossexualidade quanto sobre a heterossexualidade. (Britzman, 1996, p.92)

A institucionalização das discussões sobre gênero e diversidade sexual na educação na Secretaria de Estado da Educação do Paraná concretizou-se a partir da assunção político pedagógica dessas questões como uma política pública educacional. Isso acontece no estado do Paraná com a criação do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual – NGDS, em fevereiro de 2009, ligado ao Departamento da Diversidade. A proposta de trabalho do NGDS consiste em provocar um deslocamento na forma de pensar e de planejar a educação da Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná a partir das discussões de gênero e diversidade sexual. Com isso, propõem-se outro encaminhamento para se refletir sobre a escola pública e o trabalho pedagógico.

Esse encaminhamento consiste em um posicionamento político e ético de pensar a educação e a escola como espaços e tempos generificados e heteronormativos e resistir a isso em cada ação pedagógica realizada. Essa resistência pode se dar por meio da problematização em relação às possibilidades de se constituir como feminino e masculino, como mulher e homem e, também, pelo reconhecimento das diferentes possibilidades de relações sociais.

Outra coisa da qual é preciso desconfiar é a tendência de levar a questão da homossexualidade para o problema "Quem sou eu? Qual o segredo do meu desejo?". Quem sabe, seria melhor perguntar: "Quais relações podem ser estabelecidas, inventadas, multiplicadas, moduladas através da homossexualidade?". O problema não é descobrir em si a verdade sobre seu sexo, mas, para além disso, usar de sua sexualidade para chegar a uma multiplicidade de relações. (Foucault, 2003, p. 1)

Para Foucault (1995, p. 239), a grande resistência política na modernidade talvez

(...) não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos (...) o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar libertar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado como do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade, através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há séculos.

Portanto, o maior desafio da escola e dos educadores, para que haja o apaziguamento das diferenças na construção de categorias identitárias e de políticas de tolerância é ao invés de simplesmente respeitar o outro, se propor devir outro. Se a educação disciplinar incita nossos preconceitos morais e as formas de conduzir nossas vidas, constrói nossas identidades e formas estereotipadas de relacionar com nosso eu, talvez possamos resistir justamente nos recusando uma identidade verdadeira à qual se sujeitar.

Neste dia, veremos nossas crenças presentes como vemos as crenças em feitiçaria, ou seja, como produtos obtusos e obsoletos da imaginação; como "um erro do tempo". Os indivíduos, nesta cidade ideal da ética humanitária e democrática, serão livres para amar sexualmente de tantas formas quantas lhes seja possível inventar. O único limite para a imaginação amorosa será o respeito pela integridade física e moral do semelhante. "Heterossexuais, bissexuais e homossexuais" serão, então, figuras curiosas, nos museus de mentalidades antigas. Na vida, terão desaparecido como "rostos de areia no limite do mar". Costa (1994, p. 122)

Com o diálogo, discussão e reflexão o contexto escolar poderá deixar de ser um espaço de opressão, repressão e omissão na questão da sexualidade, para se tornar um ambiente efetivamente seguro, livre e educativo para todas as pessoas. E, hoje, não é mais possível que as questões relativas à sexualidade passem despercebidas ou que sejam tratadas com deboche ou indignação moral. O debate sobre a sexualidade no espaço escolar se faz necessário e urgente, dependendo dos significados que se têm para esse discurso e que não seja desvinculado de seus aspectos culturais, sociais, históricos e pedagógicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

-DINIS, F, N. **Educação, relações de gênero e diversidade sexual**. Campinas: Revista de ciência da educação, 2008.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000200009.

KOTLINSK, K. **Diversidade Sexual - Uma breve introdução**
http://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/41/docs/diversidade_sexual-artigo_-_diversidade_sexual_-_artigos_e_teses.pdf

Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, DF: Secad/MEC, 2007.

DE PAULA, C, J; Gratão, B, H, L. **GEO(GRAFIAS) DE GÊNERO : a diversidade sexual no espaço da escola**. Londrina, PR: Seed/MEC, 2013.

Diretrizes Curriculares de gênero e diversidade sexual da secretaria de estado da educação do Paraná. Curitiba, PR: 2010.

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf